

**DISCLOSURE DAS PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS: UMA
ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO PERÍODO DE
2010 A 2015****Andréia Weiduschath**Graduanda em Ciências Contábeis
Universidade Federal Santa Catarina (UFSC)
*deiaweiw.aw@gmail.com***Suliani Rover**Doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA/USP)
Universidade Federal Santa Catarina (UFSC)
*sulianirover@gmail.com***Área Temática: Iniciação Científica****RESUMO**

A evidenciação das provisões e contingências ambientais nas demonstrações financeiras é relevante, pois podem afetar nas decisões dos seus usuários. No sentido de contribuir com a produção científica em relação à temática, este estudo tem por objetivo verificar como as empresas brasileiras evidenciam as provisões e contingências ambientais no período de 2010 a 2015. Para atingir tal objetivo, analisou-se as Notas Explicativas (NE), a partir das exigências de *disclosure* do CPC 25 (2009). A amostra da pesquisa foi composta por 29 empresas, a partir daquelas que apresentavam saldo em provisão ambiental no curto e/ou longo prazo no Balanço Patrimonial (BP). Os dados foram coletados inicialmente no sistema Economática, e posteriormente nas NE através da busca de palavras-chave, sendo a técnica utilizada a análise de conteúdo. Por meio do cálculo do índice de *disclosure* e com a estrutura de análise nas exigências do CPC 25 (2009) estabeleceram-se níveis de evidenciação das informações sobre provisões e contingências ambientais. Os resultados apontaram que há empresas com divergências nas informações quantitativas e qualitativas divulgadas no BP e nas NE. Além disso, os resultados evidenciaram que as empresas em geral classificam as provisões ambientais em provável, possível ou remota. Também se conclui que o item de divulgação com maior ocorrência foi o item (1) valor inicial e final do período para a classe provável e o item (10) breve descrição da natureza para a classe possível. Por fim, constatou-se que, em média, as empresas têm divulgado mais informações de natureza ambiental ao decorrer dos anos.

Palavras-chave: *Disclosure*. Provisões e contingências ambientais. CPC 25.

**DISCLOSURE DAS PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS: UMA
ANÁLISE DAS EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA NO PERÍODO DE
2010 A 2015****1 INTRODUÇÃO**

A temática da responsabilidade ambiental tornou-se, nos últimos anos, questão de interesse de discussão nos mais diversificados aspectos e meios da sociedade. Atualmente, pessoas de diferentes áreas de conhecimento pesquisam acerca deste tema, como na Sociologia, Filosofia, Engenharia, Economia, bem como na Contabilidade.

Nota-se que os desastres ecológicos afetam não somente o meio ambiente, mas também comprometem a vida animal e humana do entorno. No Brasil, cabe mencionar o caso ocorrido em novembro de 2015 da mineradora Samarco, controlada em conjunto pela Vale e pela BHP Billiton, localizada em Mariana, no estado de Minas Gerais. A Samarco deverá pagar cerca de 250 milhões de reais em multas ao governo pelo desastre ambiental, além de assumir os custos da recuperação ambiental da área atingida e com a indenização às famílias afetadas (GONÇALVES; FUSCO, 2015). E a Vale comprometeu-se em desembolsar cerca de 20 bilhões de reais em programas de reparação e compensação de socioeconômicos (DFP, 2016). O acidente provocou o rompimento das barragens de Fundão e Santarém, resultando a maior tragédia ambiental da história do estado.

Diante da situação, a evidenciação do passivo ambiental nos relatórios e demonstrações contábeis é fundamental. Além disso, seu *disclosure* vem sendo questionado frequentemente por grande número de usuários interessados, uma vez que o valor do passivo tem sido fator essencial para a tomada de decisões (MARTINS; DE LUCCA, 1994). Sendo assim, é esperado que as empresas adotem políticas protecionistas voltadas ao meio ambiente e estabelecem padrões na divulgação de informações de seus passivos ambientais.

A resistência da divulgação dos passivos, custos e despesas ambientais nas demonstrações contábeis ou quando feita de forma inadequada, proporciona avaliações indevidas das empresas em relação aos *stakeholders*, comprometendo a reputação da companhia no mercado, além de possibilitar reflexos negativos no futuro. Dessa forma, uma vez ocasionado o fato gerador, faz-se necessário a divulgação da sua existência, inclusive quando estiver em condições de contestação. O reconhecimento e a divulgação tardios podem distorcer os resultados atuais e aos futuros das empresas (BERTOLI; RIBEIRO, 2006).

No que se refere a importância do reconhecimento, da mensuração e da evidenciação das obrigações com os passivos ambientais, órgãos reguladores passaram a editar tais exigências. No Brasil, a norma vigente é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (2009), emitido pelo CPC e aprovado pela Deliberação 594/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Sendo esta correlata à *Internacional Accounting Standard* (IAS) 37, emitida em 1998, do *International Accounting Standards Board* (IASB) e semelhante à *Statement of Financial Accounting Standards* 5 (SFAS 5) do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), enunciada no ano de 1975 (PRADO; RIBEIRO, 2016).

Desse modo, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: como as empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA evidenciam as provisões e contingências ambientais nas demonstrações contábeis no período de 2010 a 2015? Para responder tal questão, o objetivo do estudo é verificar como as empresas brasileiras evidenciam as provisões e contingências ambientais no período de 2010 a 2015. Para atingir tal objetivo, analisa-se as Notas Explicativas (NE) a partir das exigências de *disclosure* do CPC 25 (2009).

Sob essa perspectiva, o presente trabalho justifica-se primeiramente pelo aumento de interesse da sociedade na relação empresa e meio ambiente. Como também, a adequada evidenciação dos passivos ambientais nas demonstrações contábeis proporciona informações confiáveis e fidedignas aos usuários interessados. Além disso, a temática de passivos ambientais tem muito ainda a ser explorada em pesquisas, principalmente no Brasil (PRADO; RIBEIRO, 2016), bem como, por referir-se em questões no qual as empresas recusam em divulgar (XAVIER; LUCZKIEWICZ, 2013).

Vale destacar que o estudo motivou-se em selecionar os períodos a partir de 2010, por ser o primeiro exercício com a aplicação do CPC 25 (2009) que exige a divulgação de notas explicativas sobre as provisões e contingências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DISCLOSURE AMBIENTAL

Segundo Tinoco e Kraemer (2011), de forma ampla, a evidenciação objetiva em veicular toda e qualquer informação referente ao desempenho econômico, financeiro, social e inclusive ambiental das empresas aos *stakeholders*. Sendo assim, a divulgação de tais informações proporciona a redução do grau de incerteza e da assimetria da informação, além de bases mais confiáveis para a tomada de decisões.

Em relação a evidenciação ambiental, sabe-se que ela não é obrigatória. Contudo, ela é uma das principais cobranças feitas pela sociedade, especialmente em alguns segmentos, onde a atividade está fortemente ligada a possibilidade de desastres ambientais (FREITAS E OLEIRO, 2011). Inclusive, Ribeiro (2006, p. 141) afirma que “apesar da falta de normalização legal há uma quantidade razoável de orientações quanto à forma e conteúdo da divulgação das informações de natureza ambiental e de empresas que já tomam a iniciativa de evidenciar sua conduta frente a essas questões, infelizmente, a maioria na forma dissertativa e sem quantificações”. No Brasil, as informações relativas a provisões ambientais devem ser divulgadas, conforme as diretrizes do CPC 25 (2009).

De acordo com o CPC 25 (2009), provisão é “um passivo de prazo ou valor incerto” e passivo como “uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”.

Ainda, o CPC 25 (2009) define passivo contingente como:

Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; (b) uma obrigação presente de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

As avaliações das contingências passivas relacionam-se com a possibilidade de ocorrência dos eventos de acordo com o grau de risco, podendo ser classificada em provável, possível e remota. Se um evento for considerado como sendo provável que a perda ocorra, o passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial, ou seja, ele não é uma contingência, mas sim uma provisão. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado qualitativa e monetariamente em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer, nenhuma evidenciação é exigida, nem qualquer reconhecimento (CPC 25, 2009).

Martins *et al.* (2013) apontam que quando a empresa não reconhece um passivo contingente, pois ele se caracteriza como uma saída de recursos possível, mas não provável,

sendo necessária apenas a sua divulgação em notas explicativas. Contudo, “[...] nenhuma divulgação é necessária à contingência se for julgado que a probabilidade de sua ocorrência for remota” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 288).

No que concerne ao conceito de passivo ambiental, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) em sua Norma e Procedimento de Auditoria (NPA) 11 – Balanço e Ecologia define os passivos ambientais como: “toda agressão que se praticou e/ou pratica contra o Meio Ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial” (IBRACON, 1996). E Carvalho (2008, p. 132) complementa que o “passivo ambiental também decorre de atitudes positivas da empresa no sentido de representarem obrigações decorrentes de ações na área de recuperação, reparação ou gestão ambiental”.

Desse modo, o objetivo do *disclosure* ambiental nas demonstrações contábeis consiste em motivar as empresas estimarem os gastos com a preservação ambiental como uma maneira de se antecipar aos gastos incertos e não apenas em casos de acidente. Ou seja, indicar que o provisão ambiental não decorre de apenas atitudes negativas, mas inclusive de ações positivas e preventivas.

2.3 ESTUDOS RELACIONADOS

Em relação aos trabalhos que tratam dos determinantes da divulgação social e ambiental, mencionam-se as pesquisas de Rover *et al.* (2012) e Silva *et al.* (2015) cuja amostra concentrou-se nas empresas pertencentes a setores potencialmente poluidores. Rover *et al.* (2012) buscaram identificar os fatores que determinam a divulgação voluntária ambiental e perceberam que as variáveis tamanho da empresa, empresa de auditoria, sustentabilidade e publicação do Relatórios de Sustentabilidade (RS) são relevantes para a explicação do *disclosure* voluntário de informações ambientais. Já a pesquisa realizada por Silva *et al.* (2015), investigou os determinantes que influenciam as divulgações ambientais e constatou que o fato de as empresas serem maiores ou terem uma alta rentabilidade não influencia no aumento da quantidade de divulgações de informações ambientais. Enquanto que as organizações privadas auditadas por Big Four tendem a fazer mais divulgações ambientais nos seus relatórios anuais do que as empresas privadas não auditadas por Big Four e do que as empresas públicas auditadas ou não por Big Four.

Ferreira *et al.* (2014) tiveram por objetivo identificar a significância financeira dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas em 295 empresas que negociam suas ações na BM&FBOVESPA e que são consideradas potencialmente poluentes de acordo com legislação brasileira que dispõe sobre a política nacional do meio ambiente. Como resultados, os autores constataram que 25% das empresas teriam seus lucros reduzidos em mais da metade e até mesmo obteriam prejuízos se tivessem sua probabilidade de ocorrência como provável e fossem provisionadas. Também se observou que cerca de metade das empresas possui uma significância de até 7% em relação ao lucro líquido. E a relevância das contingências passivas ambientais para maior parte das empresas é baixa se relacionadas ao lucro líquido das mesmas.

Quanto aos estudos que investigam como ocorre a evidenciação dos passivos ambientais nas empresas, destaca-se o trabalho de Menezes *et al.* (2014) que analisou o processo de evidenciação de passivos ambientais de empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Os resultados encontrados identificaram as NE como o instrumento de evidenciação predominante de passivos ambientais no que concerne a informações sobre provisões ambientais. De um modo geral, percebeu-se que a forma de evidenciação de passivos ambientais das empresas listadas não sofreu alterações durante os

anos pesquisados. E, por meio da análise setorial, pode-se identificar que os setores de água e saneamento; consumo não cíclico; materiais básicos e utilidade pública estão entre os mais transparentes.

Do mesmo modo, Silva e Ferreira (2016) analisaram se as empresas listadas na carteira do ISE evidenciam suas provisões ambientais conforme o CPC 25 (2009). Durante a pesquisa, perceberam que das 40 empresas listadas no ISE, apenas 10 apresentavam provisões ambientais e apenas a empresa AES TIETE evidenciou suas provisões de acordo com a norma em todos os anos analisados. Também, a partir de uma análise setorial, concluiu que as empresas do setor de Energia Elétrica são as que, em média, melhor evidenciam suas provisões ambientais.

No que tange aos trabalhos de comparação de evidenciação de passivos ambientais entre os mercados financeiros distintos destaca-se o estudo de Rover e Pacheco (2016) que buscou identificar o nível de evidenciação de provisões e passivos contingentes ambientais nas NE divulgadas pelas companhias brasileiras que possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA e de NYSE em períodos de pré convergência (2004 e 2006), transição (2008 e 2010) e pós-convergência (2012 e 2014) das normas internacionais de contabilidade. Concluíram que a obrigatoriedade das normas internacionais de contabilidade no Brasil favoreceu a redução de discrepâncias entre as NE dos relatórios fornecidos ao mercado financeiro brasileiro e norte-americano, assim como, contribuiu para o fornecimento de um melhor *disclosure* ao mercado de capitais brasileiro.

Em relação aos trabalhos com ênfase na evidenciação de passivos ambientais, menciona-se o estudo de Sako e Rover (2016) que objetivaram a comparar o nível de evidenciação de passivos e contingências ambientais divulgadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e nos RS de 2005 a 2014, das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados mostraram que as empresas de médio potencial poluidor são as maiores responsáveis pela evidenciação dos passivos e contingências ambientais, com destaque para o setor de energia. Quanto à governança corporativa, o nível 1 foi o que mais evidenciou informações e valores nas DFPs. Quanto a comparação entre os relatórios analisados, percebeu que menos de 42% do valor apresentado na DFP é divulgado no RS.

Prado e Ribeiro (2016) apresentam uma revisão da literatura, com análise das pesquisas científicas de contabilidade, publicadas em periódicos, acerca do tema passivos ambientais. A pesquisa evidenciou que os estudos se concentram basicamente nos Estados Unidos, Canadá, Brasil e França. O tipo de estudo mais comum é o referente a impactos de passivos ambientais divulgados ou estimados, como os que avaliam o *valuerellevance* da informação. Além disso, apontam que há muito a ser pesquisado quanto à temática, principalmente no Brasil.

Diante das similaridades nas pesquisas com enfoque em passivos ambientais, nota-se a importância que é tal tema para a sociedade, bem como, para o meio acadêmico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se em descritivo, com abordagem quali-quantitativa e fonte de coleta de dados secundários. Descritiva, pois busca descrever as características de evidenciação dos passivos e contingências ambientais nas empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA quanto seu comportamento em relação ao CPC 25 (2009). Em relação à abordagem, é qualitativa, por tratar-se de análise de conteúdo de notas explicativas e interpretação dos itens de divulgações ambientais, e, quantitativa, por utilizar estatística descritiva para análise do nível de evidenciação das provisões e contingências ambientais.

A pesquisa partiu-se das empresas listadas na BM&FBOVESPA e que tivessem saldo de provisões ambientais de curto e/ou longo prazo reconhecidos no Balanço Patrimonial (BP) entre os anos 2010 a 2015 divulgados no sistema Economática. O procedimento inicial para a seleção da amostra resultou na obtenção de 37 empresas brasileiras.

Posteriormente, foram excluídas aquelas que tiveram seus ativos cancelados na BM&FBOVESPA até 31 de janeiro de 2017, ou seja, a Bandeirante Energia, Espírito Santo Centrais Elétricas, Portx Operações Portuárias e a Mlog. Além da Transnordestina Logística, BrTowersSpe 1 e a Concessionária BR-040 por não disponibilizarem as demonstrações financeiras na BM&FBOVESPA. Vale destacar que as empresas Gerdau e Metalúrgica Gerdau por possuírem relatórios semelhantes foram consideradas como uma única empresa. Portanto, a amostra final totalizou 29 empresas, pertencentes a 11 setores da BM&FBOVESPA, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra da pesquisa por setor

Setor	Empresas	Quantidade
Agropecuária	SLC Agrícola	1
Alimentos processados	M.Dias Branco	1
Energia elétrica	Alupar Investimento Cachoeira Paulista Trans de Energia Cemig Cemig Distribuição Cemig Geração e Transmissão Copel CPFL Energias Renováveis Emae Ferreira Gomes Energia Investco Itapebi Geração de Energia Renova Energia	12
Material de Transporte	Embraer	1
Automóveis e Motocicletas	Metal Leve	1
Siderurgia e Metalurgia	Ferbasa Metalúrgica Gerdau Sid Nacional Usiminas	4
Petróleo, gás e biocombustíveis	OGX Petróleo e Gás Petro Rio Ultrapar Participações	3
Químicos	Cristal Pigmentos do Brasil Elekeiroz Unipar Carbocloro	3
Água e Saneamento	Sabesp	1
Telecomunicações	Tim Participações	1
Transporte	Prumo Logística	1
Total		29

Fonte: Dados da pesquisa.

Após definida a amostra, coletou-se os BP e as NE no *site* da BM&FBOVESPA. Depois, buscou-se nas NE os principais termos, sendo eles: ambient, desativ, desmobiliz, retirada de tanques e abandono. A retirada de tanques refere-se à obrigação de retirar tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados em postos revendedoras de combustíveis de sua marca e o abandono atribui-se ao abandono do campo, tamponamento de poços e a remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

Para medir o índice de *disclosure*, utilizou-se a ferramenta de coleta de dados elaborada por Lopes e Rodrigues (2007) e adaptada por Malaquias e Lemes (2013) com objetivo de avaliar os instrumentos financeiros com base no *Internacional Accounting Standards* 32 e 39 e do *Internacional Financial Reporting Standards* 7, respectivamente, e utilizada posteriormente por Rover e Pacheco (2016). Para análise de dados nas NE referente aos exercícios selecionados constituiu-se uma estrutura de análise com base nas exigências de divulgação do CPC 25 (2009). No Quadro 1 apresenta-se a estrutura de análise.

Quadro 1 - Itens de divulgação de provisões e contingências

Classe	Itens de Divulgação
Provisão ambiental	1. Valor contábil no início e no fim do período
	2. Provisões ambientais adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas já existentes
	3. Valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra provisão) durante o período
	4. Valores não utilizados revertidos durante o período
	5. Aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto
	6. Breve descrição da natureza da obrigação
	7. Cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes
	8. Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos resultantes
	9. Valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta de tal reembolso
Provisão ambiental possível	10. Breve descrição da natureza da provisão possível ambiental
	11. Estimativa do seu efeito financeiro
	12. Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída
	13. Possibilidade de qualquer reembolso
Provisão ambiental remota	14. Breve descrição da natureza da provisão remota ambiental
Sem probabilidade	15. Breve descrição da natureza

Fonte: Elaborada pelos autores, com base no Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009).

Para cada classe especificada verificou-se a sua existência ou não nas NE e no caso de provisão ambiental provável verificou também no BP. Sendo assim, considerou-se os itens de divulgação como aplicável quando a empresa reconheceu no BP a provisão provável; quando a empresa mencionou a existência ou não citou a inexistência da provisão possível e quando a empresa divulgou em NE o passivo remoto e/ou sem probabilidade. Julgou-se não aplicável quando a empresa evidenciou que não tinha provisão provável no BP em determinado exercício, quando mencionou a inexistência de provisão possível e quando não divulgou a provisão ambiental remota e/ou sem probabilidade, visto que não é exigido pelo CPC 25 (2009).

Em relação às provisões ambientais classificadas como sem probabilidade referem-se aquelas provisões contidas nas NE sem classificação em probabilidade de ocorrência em provável, possível ou remota, conforme determinado pelo CPC 25 (2009).

Quanto aos itens de divulgação, atribui-se uma métrica que consiste na associação das categorias a números, indicando uma pontuação. Sendo assim, obteve valor 1 quando a companhia evidencia as informações ambientais totalmente, 0,5 quando evidencia parcialmente e 0 quando a companhia não evidencia as informações ambientais. Considerando-se, assim, um diferencial na pesquisa em relação aos estudos anteriores no qual aplicaram-se variáveis dicotômicas.

É válido destacar que quando as empresas divulgaram algum item de forma conjunta, enquadrou-se em evidencição parcial, tendo em vista que ela evidenciou tal item, porém não de forma clara. Além disso, considerou-se como evidencição total para o determinado item não divulgado por não ser praticável ao caso da empresa quando a mesma divulgou em NE justificando o porquê o item não se aplica.

Ao passo que a análise de dados e de conteúdo foi sendo desenvolvida, elaboraram-se os *scores* (MALAQUIAS; LEMES, 2013), ou seja, a totalidade dos pontos por cada empresa (LOPES; RODRIGUES, 2007). Assim, o Quadro 2 apresenta os detalhes do cálculo dos *scores*.

Quadro 2 - Cálculo para obtenção do índice de *disclosure*

$$a) S = \sum_{i=1}^n di \quad (b) T = \sum_{i=1}^n qi \quad c) \text{Índice} = \frac{S}{T} \times 100$$

Onde:

S: score total para cada companhia, conforme as notas explicativas dos relatórios anuais analisados;

i: número de início para os itens de divulgação a serem verificados;

n: número limite () para a variação do somatório;

di: o *disclosure* de cada item de divulgação (1, se evidenciado total, 0,5 evidenciado parcial, 0, se não evidenciado);

T: total de itens de divulgação aplicáveis a cada companhia;

qi: cada item de divulgação que deverá ser aplicado (1, se for aplicável; 0, se não);

Índice: índice de *disclosure* apresentado pela companhia em determinado exercício.

Fonte: Lopes e Rodrigues (2007), adaptada por Malaquias e Lemes (2013).

Para a obtenção do índice de *disclosure*, considera-se a empresa Cemig Geração e Transmissão como exemplo na apresentação dos cálculos. No exercício de 2010 a empresa, nas NE evidenciou os seguintes itens: 1, 2, 3, 4, 6, relativos a provisão ambiental provável. Caso apresentasse nas NE evidencição parcial ou em conjunto com outro item, considerou-se $di = 0,5$ e se apresentasse a informação completa conforme o CPC 25 (2009), o item obteve $di = 1$. Assim, neste caso, enquanto os itens 2 e 4 obtiveram $di = 0,5$, os itens 1, 3 e 5 tiveram $di = 1$. Quanto aos itens 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, não foram evidenciados e, logo, atribui-lhes $di = 0$. Considerando $n = 15$, o valor do Score Total (S) corresponde ao apurado a seguir:

$$S = 1 + 0,5 + 1 + 0,5 + 0 + 1 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 = 4 \quad (d)$$

Dessa forma, o resultado alcançado indica que a pontuação total para a Cemig Geração e Transmissão, para o exercício de 2010, conforme as NE, corresponde a 4.

Com relação ao cálculo do valor do Total de itens de divulgação por empresa (T), dos 15 itens de divulgação, 13 são aplicáveis a empresa, atribuindo-se, então, a cada um destes, $qi = 1$. No tocante aos itens não aplicáveis, referem-se a provisão ambiental remota e a provisão sem probabilidade que, por não possuir exigência de *disclosure* pelo CPC 25 (2009) e não ter sido evidenciado pela empresa, atribui-lhe $qi = 0$. Assim, considerando $n = 15$, o valor de T é:

$$T = 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 0 + 0 = 13 \quad (e)$$

Após o cálculo de S e T , é possível obter o valor do índice de *disclosure*. Logo, tem-se que:

$$(f) \quad \text{Índice} = 4/13 \times 100 = 30,77\%$$

Portanto, o nível de evidenciação da empresa Cemig Geração e Transmissão, em 2010, conforme a estrutura de análise aplicada, equivale a 30,77%.

4 ANÁLISE DE DADOS

Ao analisar os dados obtidos no sistema Econômica com os valores apresentados no BP e na análise de dados das NE, verificou-se inconsistências de valores e de informações entre elas. O Quadro 3 apresenta tais diferenças encontradas.

Quadro 3 - Inconsistências de informações entre os dados analisados (em milhares de R\$)

Empresas	Econômica	Balanco Patrimonial	Notas Explicativas
Cemig	Em 2010, não possui provisão ambiental	Em 2010, não possui provisão ambiental	Em 2010, possui provisão ambiental no valor de R\$ 3.185
Cemig Geração e Transmissão	Em 2010 e 2011, não possui provisão ambiental	Em 2010 e 2011 possui provisão ambiental, 3.185 e 56.152, respectivamente	Em 2010 e 2011 possui provisão ambiental, 3.185 e 56.152, respectivamente
Cristal	Em 2012, provisão ambiental de 1.774 e em 2015, no valor de 831	Em 2012, provisão ambiental de 1.774 e em 2015, no valor de 831	Em 2012, total de provisão ambiental é de 1.387 e 331 em 2015
Elekeiroz	Em 2010 - 672; 2011 - 577; 2012 - 424; 2013 - 348; 2014 - 346; 2015 - 0	Em 2010 - 672; 2011 - 577; 2012 - 424; 2013 - 348; 2014 - 346; 2015 - 0	Sem divulgação de provisão ambiental
Embraer	Nos anos de 2013 a 2015 apresentam apenas os valores dos passivos a curto prazo	Nos anos de 2013 a 2015 apresentam os passivos de curto e longo prazo	Nos anos de 2013 a 2015 apresentam os passivos de curto e longo prazo
Ferreira Gomes Energia	Nos anos de 2012 a 2015 apresentam apenas os valores dos passivos a curto prazo	Nos anos de 2012 a 2015 apresentam os passivos de curto e longo prazo	Nos anos de 2012 a 2015 apresentam os passivos de curto e longo prazo
Ferbasa	No ano de 2013 apresenta apenas 13.487 como provisão ambiental	No ano de 2013 apresenta 13.487 como provisão ambiental e 423 como provisão para contingências de natureza ambiental	No ano de 2013 apresenta 13.487 como provisão ambiental e 423 como provisão para contingências de natureza ambiental
Investco	Nos anos de 2012 a 2015 apresentam passivos ambientais somados os 1.500 referente a passivos classificados como outros dentro de cíveis, fiscais e trabalhistas.	Nos anos de 2012 a 2015 apresentam passivos ambientais somados os 1.500 referente a outros passivos classificados dentro de cíveis, fiscais e trabalhistas.	Nos anos de 2012 a 2015 o valor está 1.500 a menor do que evidenciado no BP, em razão de 1.500 referir-se aos outros passivos classificados dentro de cíveis, fiscais e trabalhistas.
Itapebi Geração de Energia	Em 2011, apresenta 941 como provisão ambiental	Em 2011, apresenta 10.630 como provisão ambiental	Em 2011, apresenta 10.630 como provisão ambiental

M.Dias Branco	Nos anos de 2013 a 2015, sem provisão ambiental	Nos anos de 2013 a 2015, provisão ambiental classificado como outros em passivos para contingências	Nos anos de 2013 a 2015, provisão ambiental classificado como outros em passivos para contingências
OGX Petróleo	Nos anos de 2012 e 2013, sem provisão ambiental	Nos anos de 2012 e 2013, provisão ambiental provável de 161.563 e 344.974, respectivamente	Nos anos de 2012 e 2013, provisão ambiental provável de 161.563 e 344.974, respectivamente
Prumo	Nos anos de 2011 e 2012 apresentam 97 como provisão ambiental e em 2013, 0	Nos anos de 2011 e 2012, apresentam 1.481 e 1.112 em provisão provável ambiental	Nos anos de 2011 e 2012, apresentam provisão de 1.481 e 1.112 no balanço individual, não o consolidado da empresa.
Renova	Nos anos de 2011 a 2013, sem provisão ambiental e em 2014, apresentou a provisão no valor de 16.626	Nos anos de 2011 a 2013, apresenta provisão ambiental classificado como processos administrativos de riscos ambientais, trabalhistas, cíveis e fiscais	Nos anos de 2011 a 2013, apresenta provisão ambiental classificado como processos administrativos de riscos ambientais, trabalhistas, cíveis e fiscais
Ultrapar	Nos anos de 2010 a 2015, considerou provisão ambiental apenas os passivos ambientais em provisões para retirada de tanques	Nos anos de 2010 a 2015, foi somado a provisão ambiental com os processos envolvendo questões ambiental em ações cíveis classificados em provisões, contingências e compromissos	Nos anos de 2010 a 2015, foi somado a provisão ambiental com os processos envolvendo questões ambiental em ações cíveis classificados em provisões, contingências e compromissos
Unipar	Nos anos de 2010 a 2012, sem provisão ambiental	Nos anos de 2010 a 2012, provisão ambiental apresentado como demandas judiciais	Nos anos de 2010 a 2012, provisão ambiental apresentado como demandas judiciais

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se no Quadro 3 que além de divergências de valores entre si, teve empresas que divulgaram seus passivos ambientais juntamente com a provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, como também, classificaram as provisões ambientais na conta outros e não como natureza ambiental, conforme a exigência do CPC 25 (2009). Observa-se ainda que há provisões prováveis divulgadas no BP que não foram evidenciadas nas NE, como é o caso da Elekeiroz.

Quanto a classificação de probabilidade de ocorrência dos passivos contingentes, pode enquadrar-se em provável, possível ou remota. Nesse sentido, através da Tabela 2, é possível verificar o número de empresas que classificou as contingências passivas de acordo com seu grau de risco, bem como aquelas que não atribuíram um grau de risco, categorizando como sem probabilidade.

Tabela 2 - Número de empresas com evidenciação de provisões ambientais por classe

Classe	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Provável	22	24	25	27	27	24
Possível	5	7	10	11	10	13
Remota	0	1	1	0	2	0
Sem probabilidade	3	4	2	2	2	3

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que de forma geral, o número de empresas que associou seus passivos ambientais com grau de risco em provável aumentou entre 2010 a 2014, porém em 2015

reduziu para 24 empresas. Essa redução ocorreu, pois, as empresas Cristal, Elekeiroz e a SLC Agrícola divulgaram no BP a inexistência de provisão ambiental no curto e longo prazo.

Em relação aos passivos ambientais classificados em possíveis, percebe-se o aumento de empresas que divulgam em NE ao longo dos exercícios analisados, evidenciando em 2015 mais que o dobro de entidades do que apresentavam em 2010, período inicial de vigência do CPC 25 (2009).

Quanto aos passivos contingentes com probabilidade de perda remota, nota-se que mesmo sem exigência de evidenciação pelo CPC 25 (2009) ou pela IAS 37 relativa a este tipo de probabilidade de ocorrência, existem empresas que evidenciam contingências remotas voluntariamente. E em relação às provisões sem probabilidade percebe-se que há empresas que insistem em divulgar seus passivos sem classificação de ocorrência em provável, possível ou remota.

A relação entre a representatividade as provisões e contingências varia conforme os anos estudados e o número de empresas que evidenciaram tais passivos. Dessa forma, a Tabela 3 apresenta a análise estatística descritiva por classe e ano.

Tabela 3 - Análise da representatividade dos passivos ambientais (em milhares de R\$)

Classe	Exercício	OBS	Média	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
PROVÁVEL	2010	22	48.375	296.027	42	81.905
	2011	24	52.739	343.845	104	86.024
	2012	25	59.548	425.496	193	102.878
	2013	27	60.664	374.716	42	109.146
	2014	27	50.616	286.275	51	82.767
	2015	24	44.864	346.577	60	77.683
	Total	149	316.806	2.072.936	492	540.403
POSSÍVEL	2010	4	33.742	111.900	2.000	52.295
	2011	7	30.128	153.300	72	56.651
	2012	10	343.826	1.676.081	1.411	45.290
	2013	11	369.860	1.908.501	1	93.358
	2014	10	163.994	586.800	1.275	201.986
	2015	13	234.467	1.277.600	52.411	359.706
	Total	55	1.176.017	5.714.182	57.170	809.286

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 3 observa-se que se em relação à média, o ano de 2013 destaca-se na evidenciação tanto da provisão provável quanto da provisão possível. E a menor média em provável está em 2015 e possível em 2010.

Das cinco empresas que evidenciaram seus passivos possíveis em 2010, uma não evidenciou seu valor monetariamente, ou seja, a Alupar Investimento. Sendo assim, ela foi excluída da amostra para fins de cálculo na Tabela 3.

No que se refere ao maior valor dos passivos prováveis, nota-se que a Sid Nacional apresenta em 2012 o valor máximo, no montante de 425.496 mil. E o mínimo é de 42 mil em 2010, representado pela Copel e em 2012, pela Cemig Distribuição.

Com relação ao máximo valor da provisão possível, percebe-se que os valores são superiores ao que foi apresentado em passivo provável. Em 2013, tem-se a Cemig em destaque, no montante de 1.908.501 mil. E o mínimo também em 2013, no valor de 1 mil para Prumo Logística.

Referente à análise de desvio padrão, verifica-se que em 2013 os valores são mais discrepantes em passivo provável, com 109.146 mil. Para passivo possível, destaca-se o ano de 2015, com 359.706 mil de desvio padrão.

Na análise da representatividade do passivo provável ao longo dos anos estudados, nota-se que cresceu monetariamente até 2014, sendo em 2015 uma queda de 11,36 %. Já a representatividade do passivo contingente, nota-se que cresceu monetariamente até o período final estudado.

Vale destacar que as empresas que evidenciaram nas notas explicativas as contingências remotas, apresentaram com valor zerado. Sendo que apenas em 2014, as empresas Cemig e Cemig Geração e Transmissão apresentaram valores na provisão remota, no montante de 807.356 mil em ambas. Assim, justifica-se o fato de não analisar a representatividade desta classe de provisão.

A partir dos itens de divulgação exigidas pelo CPC 25 (2009), pode-se analisar a quantidade de empresas que apresentou a evidenciação parcial ou total nas NE dos referidos itens no período da amostra. Então, na Tabela 4 apresentam-se os valores de cada item.

Tabela 4 - Quantidade de empresas por item de divulgação

Itens	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1.	20	20,5	20,5	26	26	22
2.	11	12,5	14,5	16	17,5	18,5
3.	6,5	6,5	11	11,5	16	16
4.	6,5	5	9,5	12,5	14	13,5
5.	10,5	16	14,5	13,5	13	14
6.	18	20	21	23	22	21
7.	0	1	5	4	4	4
8.	0	0	1,5	0,5	0,5	2,5
9.	0	1	3	4	4	4
10.	5	7	8,5	8,5	8,5	11,5
11.	3,5	7	9	10	9	12
12.	0	0	0	2	1	2
13.	0	0	3	3	3	3
14.	0	1	1	0	2	0
15.	3	4	2	2	2	3
Total	84	101,5	123,5	136	142	146,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os dados de maneira ampla, notou-se que em nenhum item de divulgação das provisões ambientais dos exercícios selecionados foi possível obter 100% da evidenciação. Sendo que o maior *disclosure* concentrou-se no passivo provável, nas categorias que descrevem o valor inicial e final do período (1) e a breve descrição da natureza (6), mais precisamente.

Quanto aos itens 1 ao 5, observou-se nas NE que as empresas costumam evidenciar em forma de tabela. No entanto, algumas empresas apresentavam em uma única conta com os valores somados de mais de uma categoria, sendo considerado nesses casos como evidenciação parcial.

Em relação ao item 6, apesar de referir-se a uma informação qualitativa, foi bem evidenciada pelas empresas. Notou-se que enquanto algumas entidades, as descrições basearam-se em provisões como um todo, outras especificaram a descrição em provisões ambientais. E os itens 7 ao 9, percebeu-se pouca preocupação das empresas em divulgarem tal aplicação ou não.

Para a classe de provisão possível, é notório que o item de breve descrição da natureza (10) se destacou em relação aos demais itens de divulgação em todos os anos analisados. De maneira geral, apesar de as empresas apresentarem sucintamente a descrição, teve clareza nas informações.

Outro item com significativa evidenciação nas NE foi a estimativa do seu efeito financeiro (11), onde as empresas mostraram monetariamente os passivos possíveis, com exceção da Alupar Investimento que em 2010 apresentou nas NE uma ação possível de natureza ambiental, mas com valor zerado. Vale destacar também a Sid Nacional que apresentou o valor dos passivos possíveis ambientais entre 2012 a 2015 sem divulgar uma breve descrição de tal passivo. Além disso, observou-se empresas que divulgaram o valor junto com outros passivos possíveis não relacionados aos ambientais, como cíveis, trabalhistas e, neste caso, considerou-se como uma evidenciação parcial.

E o item com menor divulgação foi o que se refere a (12) indicação de incerteza relacionado ao valor ou momento da ocorrência de saída. Apenas as empresas Alupar Investimento (em 2013 e 2014), Prumo Logística (em 2013), Ultrapar Participações (em 2015) e Unipar Carbocloro (em 2015) divulgaram tal item. A Alupar Investimento demonstrou nas NE incerteza quanto ao valor da provisão, divulgando valor aproximado. A Prumo Logística e Unipar Carbocloro apresentaram que para fins de recolhimento das custas, foi atribuído ao valor da causa um valor incerto e a Unipar Carbocloro mencionou que o valor da multa poderá ser reduzida e, portanto, divulgou incerteza quanto ao valor.

Em relação à possibilidade de qualquer reembolso (13), vale destacar que em 2012 a 2015, as empresas Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão divulgaram nas NE que não era aplicável tal item. Levando em consideração que apresentou justificativa de não praticar o reembolso, considerou-se como evidenciação total.

No que diz respeito ao grau de risco remoto, observa-se que há um número reduzido de empresas que evidenciaram essa informação em notas explicativas. Sendo que em 2011 e 2012, apresentou-se a provisão remota com valor zerado, são elas: Itapebi e a Emae. E em 2014, apresentaram duas, ambas com mesmo valor, ou seja, a Cemig e a Cemig Geração e Distribuição.

Para classe de provisão sem probabilidade, observou-se que poucas empresas da amostra se enquadraram nesse caso. São elas: Cemig, Investco, Sabesp, Ultrapar Participações, Tim Participações. Vale ressaltar que além de evidenciarem passivos sem probabilidade, essas empresas mostraram também passivos ambientais prováveis pelo menos em algum dos anos estudados, tendo em vista que a amostra da pesquisa contemplou os anos de 2010 a 2015.

A partir da divisão da soma dos itens de divulgação de provisões e contingências ambientais com o total dos itens aplicáveis para cada companhia, multiplicado pelo fator 100, obteve-se o índice de *disclosure* das provisões ambientais de cada companhia. Dessa forma, na Tabela 5 demonstra o índice de *disclosure* das provisões ambientais por empresa e por ano.

Tabela 5 - Índice de *disclosure* das provisões ambientais (em %)

Empresas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alupar Investimento	23,08	23,08	30,77	61,54	61,54	53,85
Cachoeira Paulista Trans de Energia	30,77	30,77	30,77	15,38	30,77	30,77
Cemig	34,62	42,86	84,62	76,92	78,57	76,92
Cemig Distribuição	0,00	23,08	53,85	53,85	53,85	53,85
Cemig Geração e Transmissão	30,77	38,46	76,92	53,85	78,57	76,92
Copel	50,00	46,15	46,15	38,46	38,46	38,46

CPFL Energias Renováveis	23,08	19,23	34,62	50,00	57,69	57,69
Cristal Pigmentos do Brasil	23,08	30,77	38,46	38,46	30,77	38,46
Elekeiroz	7,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emae	23,08	55,56	15,38	15,38	77,78	-
Embraer	0,00	0,00	0,00	46,15	46,15	46,15
Ferbasa	23,08	38,46	38,46	30,77	38,46	38,46
Ferreira Gomes Energia	0,00	50,00	26,92	30,77	22,22	46,15
Metalúrgica Gerdau	0,00	23,08	23,08	23,08	23,08	23,08
Investco	21,43	28,57	23,08	15,38	23,08	38,46
Itapebi Geração de Energia	30,77	30,77	57,14	53,85	30,77	38,46
M.Dias Branco	38,46	38,46	38,46	38,46	23,08	23,08
Metal Leve	46,15	46,15	46,15	46,15	46,15	46,15
OGX Petróleo e Gás	0,00	33,33	33,33	22,22	0,00	0,00
Petro Rio	0,00	0,00	0,00	0,00	23,08	38,46
Prumo Logística	0,00	0,00	0,00	46,15	38,46	0,00
Renova Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	7,69	42,31
Sabesp	57,14	57,14	57,14	64,29	64,29	64,29
Sid Nacional	23,08	38,46	34,62	34,62	34,62	34,62
SLC Agrícola	50,00	50,00	50,00	46,15	46,15	50,00
Tim Participações	30,77	30,77	38,46	38,46	53,85	71,43
Ultrapar Participações	42,86	42,86	42,86	42,86	42,86	64,29
Unipar Carbocloro	38,46	23,08	38,46	38,46	0,00	75,00
Usiminas	23,08	23,08	23,08	23,08	30,77	15,38
Médias	23,15	29,80	33,89	36,03	38,03	42,24

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme indicam os resultados disponíveis na Tabela 5, o nível de *disclosure* dos passivos ambientais das empresas poderia ser melhor. Isso é notável, pois em 2010, somente três empresas demonstraram índice superior ou igual a 50%, 2011 também três; 2012, cinco; 2013, seis; 2014, oito e 2015, dez empresas. Nesse sentido, apesar da carência na divulgação de informações ambientais em NE das empresas, conforme exigido pelo CPC 25 (2009), notou-se que as empresas tem divulgado mais informações ao decorrer dos anos.

Com base na Tabela 5, observou-se também que a Cemig, em 2012, apresentou o maior nível de *disclosure* dos passivos ambientais entre todas as empresas analisadas, com 84,62%. E a Elekeiroz, em 2010, apresentou o pior nível de *disclosure*, com 7,69%, desconsiderando os zerados.

Em relação à média total das empresas, observou-se que apresenta crescimento gradativo na divulgação dos passivos e contingências ambientais. Sendo assim, espera-se nos próximos anos, que mais empresas divulguem em NE seus passivos ambientais e com melhor evidenciação, com base no CPC 25 (2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo verificar como as empresas brasileiras evidenciam as provisões e contingências ambientais no período de 2010 a 2015. Para tal, analisou-se as NE a partir das exigências de *disclosure* do CPC 25 (2009) de 29 empresas listadas na BM&FBOVESPA.

Os resultados obtidos indicaram, no primeiro momento, inconformidade de informações entre os relatórios obrigatórios de divulgação das empresas, ou seja, entre o BP e as NE. Dessa forma, obteve dificuldade na análise da amostra e notou-se a falta de padronização nos relatórios.

Quanto a evidenciação dos passivos, observou-se que, em geral, as empresas divulgaram seus passivos ambientais associado a um grau de risco, seja ela em provável, possível ou remota. E notou-se aumento no número de empresas que classificaram os passivos ambientais em provável entre 2010 a 2014 e uma redução em 2015.

Em outro momento a análise se deu em verificar a representatividade dos passivos ambientais. Diante disso, conclui-se que entre os anos estudados, 2013 foi o ano em que se destacou na soma da evidenciação da provisão ambiental tanto em provável quanto em possível das empresas analisadas.

Quanto aos itens de divulgação, observou-se que o item de maior ocorrência para a classe de provisão foi o item (1) valor inicial e final do período, seguida do item (6) breve descrição da natureza. Para a classe de contingências foi observado que o item (10) breve descrição da natureza obteve maior evidenciação.

No que se refere ao índice de *disclosure* conclui-se que a grande parte das empresas não evidencia suas provisões ambientais adequadamente. Este resultado corrobora a pesquisa de Silva e Ferreira (2014). E com relação à média total das empresas estudadas, notou-se crescimento gradativo na divulgação das informações exigidas pelo CPC 25 (2009) dos provisões e contingências ambientais. Presume-se, então, que a consolidação da aplicação do CPC 25 (2009) contribuiu para este aspecto.

Ressalta-se que o estudo se limitou a empresas listadas na BM&FBOVESPA que apresentaram no BP saldo nas suas provisões ambientais no curto e/ou longo prazo entre os anos de 2010 a 2015. E como sugestão para futuros estudos, sugere-se que se amplie a amostra, selecionando todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA, ou analisar as provisões e contingências ambientais das empresas de um determinado setor.

REFERÊNCIAS

BERTOLI, A. L.; RIBEIRO, M. de S. (2006, abril). Passivo Ambiental: Estudo de Caso da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobrás. A Repercussão Ambiental nas Demonstrações Contábeis, em consequência dos Acidentes Ocorridos. **Revista de Administração Contemporânea**, 10(2), p. 117-136.

CARVALHO, G. M. B de. **Contabilidade Ambiental**: teoria e prática. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 25**. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf>. Acesso em 01 abr. 2017.

FERREIRA, D. D. M. et. al. (2014). In: Relevância das contingências ambientais: uma investigação nas empresas brasileiras. **Contabilidade y Negocios**, 9, p. 58-74.

FREITAS, D. P. S.; OLEIRO, W. N. Contabilidade Ambiental: a Evidenciação nas Demonstrações Financeiras das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 2, p.65-81, Set-Dez/2011.

GONÇALVES, E.; FUSCO, N. 2015. Tragédia em Mariana: para que não se repita. **Veja**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/tragedia-em-mariana-para-que-nao-se-repita/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Trad. **Teoria da Contabilidade**. 5ª. Ed., São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 - Balanço e Ecologia. 1996. Disponível em: <www.ibracon.com.br>. Acesso em: 29 set. 2017.

LOPES, P. T.; RODRIGUES, L. L. Accounting for financial instruments: an analysis of the determinants of disclosure in the portuguese stock exchange. **The Journal of Accounting**. v. 42, n. 1, p. 25-56, 2007.

MALAQUIAS, R. F.; LEMES, S. Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras. **Brazilian Business Review (BBR) - FUCEPE**, Vitória, v. 10, n. 3, Art. 4, p. 85–112, julho/setembro 2013.

MARTINS, E; DE LUCA, M. M. M. Ecologia via contabilidade. RBC: **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 23, n. 86, p. 20-9, 1994.

MARTINS, E. et. al. (2013). **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

MENEZES, B. S. de; ARRUDA, A. T. F. F. P.; CABRAL, A. C. D. A.; SANTOS, S. M. dos; Silva, M. N. M. In: **XVI ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo, SP, Brasil - 2014.

PRADO, T. A. R. P.; RIBEIRO, M. S. Passivos Ambientais: Uma Análise das Pesquisas Publicadas em Periódicos no Período de 1994 a 2015. In: **X Congresso Anpcont**. Ribeirão Preto, SP, Brasil – 4 a 7 de junho de 2016.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROVER, S. et. al. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **R. Adm.**, São Paulo, v.47, n. 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

ROVER, S.; PACHECO, T. Alterações do *disclosure* de provisões e passivos contingentes ambientais após a adoção das normas internacionais de contabilidade. In: **XVI ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo, SP, Brasil - 2016.

SAKO, A. V. F, ROVER, S. *Disclosure* de passivos e contingências ambientais: Uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA no período de 2005 a 2014. In: **ECECON**, 14., 2016, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2016.

SILVA, D. M.; FERREIRA, D. D. M. Evidenciação das Provisões Ambientais das Empresas Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: **XIII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, São Paulo, SP, Brasil – 27 a 29 de julho de 2016.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VALE S.A, **Demonstrações Financeiras Padronizadas**. Disponível em:<
<https://www.rad.cvm.gov.br/ENETCONSULTA/frmGerenciaPaginaFRE.aspx?NumeroSequencialDocumento=62733&CodigoTipoInstituicao=2>> Acesso em: 29 set. 2017.

XAVIER, V. V. N. T.; LUCZKIEWICZ, D. A. Passivo ambiental e sua evidenciação nas empresas do segmento de petróleo. In: **Congresso Brasileiro de Custos**, 20. 2013, Uberlândia, MG. Anais... Uberlândia, 2013.